

PORTE PAGO
DR / RIO
PTR/RJ 3114/97



CARTA IBGE

IBGE

Ano IV • Nº 55

abril • 1999

Firmado acordo entre os institutos de estatística da Europa e do Mercosul

A União Européia, através do seu instituto de estatística, Eurostat, assinou convênio de cooperação com os países do Mercosul com o objetivo de colocar à disposição dos países latino-americanos a experiência de harmonização estatística realizada na Europa.

Esse acordo faz parte da estratégia da Comunidade Européia de intensificar o processo de integração com os países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) por meio do financiamento conjunto de programas de cooperação em setores considerados estratégicos. E, nesse sentido, a experiência européia mostra que a harmonização progressiva das metodologias estatísticas entre os países membros é imprescindível para a integração regional.

Previsto para vigorar de 1999 a 2001, o convênio, no valor de US\$ 6 milhões, será financiado na sua maior parte (US\$ 4 milhões) pela Comunidade Européia, ficando o restante a cargo dos quatro países beneficiários.

Serão formados 10 grupos de trabalho

Dentro desse quadro, o Projeto de Cooperação Estatística tem como objetivo a intensificação dessa tarefa comum, através de cursos e estudos metodológicos e da assistência técnica no âmbito de cada um dos países. Essas ações serão desenvolvidas de forma integrada em torno de dez grupos de trabalho, cada um dos quais contará com a participação de dois técnicos por país e dois técnicos europeus. Desse modo, a harmonização das metodologias estatísticas ocorrerá não apenas dentro do Mercosul, mas também entre o Mercosul e a Comunidade Européia.

Esses grupos têm como tarefa principal a elaboração de propostas de uniformização metodológica progressiva

nos seus assuntos específicos. O programa, contará com a participação permanente de especialistas europeus encarregados de informar sobre a experiência européia na matéria, e será desenvolvido em diversas fases, e tendo, como resultado final, a adoção de uma metodologia comum.

Numa primeira fase, esses grupos manterão reuniões duas vezes por ano, tratando, cada grupo, de um dos seguintes temas: *alfândega e comércio exterior; investimentos; serviços; indicadores macroeconômicos e contas nacionais; produtividade e competitividade das empresas; estatísticas sociais (emprego, demografia); classificação e nomenclaturas; política de difusão/relacionamento com os usuários; grandes orientações dos sistemas de informação estatística e estatísticas de transporte.*

Segundo o representante do Eurostat, que visitou o IBGE em abril, as estatísticas "têm a função de reduzir a soma de incertezas a respeito da realidade, reduzindo o risco de erros na proposição de soluções ou na aplicação de recursos".

No decorrer do programa, serão realizadas conferências internacionais em países do Mercosul com a presença de diretores dos institutos de estatística dos países membros da Comunidade Européia e de representantes dos setores público e privado, com os objetivos de informar a respeito das atividades do projeto e de criar um fórum de discussão entre as instituições envolvidas.

Esses temas já estão na agenda política dos países dos dois blocos a partir de agora. A reunião de cúpula de chefes de estado do Mercosul, Caribe e União Européia, em junho no Rio de Janeiro, é o ponto de partida das negociações que apontam para um acordo de livre comércio Mercosul-Europa.



INFLAÇÃO

Março registra inflação de 1,28%

A taxa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – que se refere às famílias com rendimento de um a oito salários mínimos – foi quase a mesma registrada em fevereiro (1,29%). Com esse resultado, a taxa de inflação anualizada passou de 3,05%, em fevereiro, para 3,86% em março e o acumulado do primeiro trimestre de 1999 ficou em 3,25%, superior ao de igual período do ano passado (1,89%).

O crescimento menor dos preços dos produtos alimentícios, de -0,90 ponto percentual, combinado à alta de 0,48 ponto percentual dos produtos não alimentícios, fizeram com que o INPC de março ficasse próximo ao de fevereiro.

Os preços dos alimentos que, em fevereiro, apresentaram variação de 2,92%, registraram, em março, aumento de 2,02%, devido ao menor crescimento de alguns produtos essenciais como:

	FEVEREIRO	MARÇO
Farinha de trigo	16,10	13,06
Óleo de soja	14,44	2,05
Café	11,82	5,24
Pão doce	8,45	0,09
Pão francês	8,34	3,65
Carnes	6,26	0,50
Frango	3,47	0,29

Entre os produtos não alimentícios, as maiores variações ocorreram com:

Jornal	0,00	7,79
Televisor	4,68	6,12
Gás de bujão	2,36	5,60
Artigos de limpeza	2,17	5,53
Remédios	0,98	2,46

A exceção neste grupo, foram os automóveis novos, que apresentaram preços 6,98% mais baixos em função da redução do IPI.

Cadernos de Geociências agora na Internet

Com o número 16, o IBGE está encerrando a série *Cadernos de Geociências*, que passará a ser divulgada, a partir de agora, através da Internet.

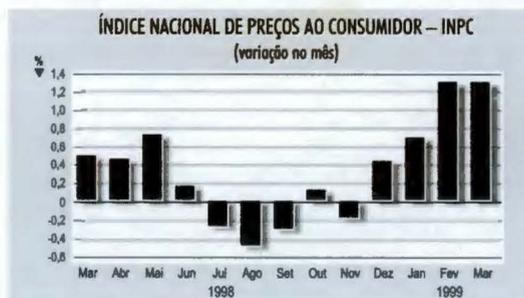
Todos os artigos enviados ao Programa Editorial de Geociências, após apreciação do conselho, serão publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, RGB, que continuará recebendo os artigos para publicação.



Também o IPCA – que mede a variação de preços nas famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos – registrou, em março, 1,10%, taxa muito próxima à de fevereiro (1,05%). Com isso, o resultado acumulado dos últimos 12 meses passou de 2,24% para 3,02% e a inflação do primeiro trimestre atingiu 2,88%, superior à do mesmo período do ano passado (1,52%).

Os maiores índices, tanto pelo INPC como pelo IPCA, foram registrados em Porto Alegre (2,58% pelo INPC e 2,00% pelo IPCA); Rio de Janeiro (1,67% e 1,38%) e Salvador (1,54% e 1,16%). Fortaleza (0,72% e 0,78%) e Recife (0,80% e 0,78%) registraram os menores índices.

	INPC	IPCA
Porto Alegre	2,58%	2,00%
Rio de Janeiro	1,67%	1,38%
Salvador	1,54%	1,16%
Curitiba	1,19%	1,00%
Goiânia	1,18%	1,13%
Belém	1,16%	1,07%
São Paulo	1,11%	0,97%
Brasília	0,98%	1,06%
Belo Horizonte	0,96%	0,73%
Recife	0,80%	0,78%
Fortaleza	0,72%	0,78%



IPCA-E do primeiro trimestre de 1999 sobe para 2,56%

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), que mede a variação de preços com base no consumo médio de famílias com renda de um a 40 salários mínimos e é usado para fazer o cálculo da Ufir, fechou o primeiro trimestre do ano com uma alta acumulada de 2,56% e uma nítida aceleração no mês de março. Depois de registrar 0,68% em janeiro e 0,64% em fevereiro, subiu para 1,22% em março, revertendo a queda no acumulado dos últimos 12 meses, que se verificava desde o início do Plano Real, assinalando 2,64% em março deste ano.

Por grupo, as maiores altas do trimestre ficaram por conta de *Alimentação e Bebidas* (5,08%); *Transporte e Comunicação* (3,96%) e *Artigos de residência* (2,26%). O grupo *Vestuário*, mais uma vez registrou deflação (-1,62%).

Por localidade, as maiores altas pelo IPCA-E, no primeiro trimestre de 1999, foram registradas em Belém (4,59%) e Fortaleza (3,84%). Salvador (2,04%) e Belo Horizonte (2,10%) apresentaram as menores taxas no período.

PIA revela importantes alterações na estrutura fabril nos últimos anos

Baseada nas informações sobre emprego, salário e receita de mais de 30 mil empresas industriais, com representatividade em cada um dos estados, a Pesquisa Industrial Anual – 1996, traça um panorama da composição setorial da indústria brasileira, da sua distribuição geográfica, apresentando ainda alguns indicadores construídos a partir dessas três variáveis.

As empresas com cinco ou mais pessoas ocupadas empregavam 5,18 milhões de pessoas em 1996, o que representa uma redução de cerca de 6,5% com relação a 1994, no início do Plano Real. De 1985 a 1994, o emprego industrial havia crescido 6%, passando de 5,24 milhões para 5,55 milhões de postos de trabalho.

Os setores da indústria que mais reduziram o nível de emprego foram aqueles mais expostos à concorrência com os produtos importados: *têxteis* (-1,1 ponto percentual), *máquinas e equipamentos* (-0,9 ponto percentual) e *outros equipamentos de transporte* (-0,9 ponto percentual).

O emprego cresce de forma significativa no setor de *produtos alimentícios e bebidas* (cerca de 3%), aumentando sua participação em cinco pontos percentuais em relação a 1985. As atividades de *edição, impressão e reprodução de gravações, artigos de borracha e plástico e minerais não-metálicos* também aumentam, em termos absolutos, o número de pessoas ocupadas.

Os sete principais setores de 1985, em termos de absorção de mão-de-obra (53% do total do emprego) incluem as indústrias *alimentar e de bebidas, têxtil, couros e confecção de vestuário, metalurgia e veículos*. Em 1996, as sete principais divisões de indústria (56% do emprego total) excluem *metalurgia*, que é substituída por *produtos químicos*.

Quem ganhou e quem perdeu posição

Em relação à receita, as divisões industriais mais dinâmicas são: *fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias e produtos alimentícios e bebidas* que, entre 1985 e 1996, aumentam de forma expressiva sua participação no total da receita (3,8 e 3,4 pontos percentuais, respectivamente). Seguem-se *edição, impressão e reprodução de gravuras* (mais 1,5 ponto percentual) e *material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação* (1,0 ponto percentual).

As indústrias que mais perderam participação relativa na receita foram *metalurgia básica* (2,5 pontos percentuais), *produtos têxteis* (1,6 ponto percentual) e *confecção de artigos do vestuário e acessórios* (0,5 ponto percentual).

Porte médio das empresas é de 48 pessoas

Os setores com os maiores níveis de produtividade (receita/trabalhador), duas ou mais vezes superior à média global da indústria, são: *produtos do fumo, produtos químicos e máquinas para escritório e equipamentos de informática*.

De acordo com a PIA 96, o tamanho médio das indústrias brasileiras, segundo o pessoal empregado, é de 48 pessoas e, segundo a receita bruta, de R\$ 4.184.000,00. As empresas de porte mais elevado, tanto pelo critério do número de pessoas ocupadas como pelo da receita, atuam nas seguintes divisões da indústria: coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool, produtos do fumo e extração de minerais metálicos. As empresas de menor porte encontram-se nas divisões de reciclagem, confecção de artigos do vestuário e acessórios e produtos de madeira.

Distribuição do emprego por região

Segundo dados da PIA 96, a participação do Sudeste caiu cerca de quatro pontos percentuais entre 1985 e 1996, ao mesmo tempo em que cresceu a importância relativa das regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste. A migração de empresas das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste do País, em busca da redução dos custos de produção, estaria contribuindo para a redução das disparidades dos níveis regionais de emprego e produção industrial.

Apesar disso, permanece intensa a concentração do emprego no Sudeste e Sul, sendo que São Paulo representa 41,8% do emprego industrial, contra 45,0%, em 1985. Minas Gerais ocupa a segunda posição, com 10,1%, seguida do Rio Grande do Sul (9,7%) e Rio de Janeiro (7,5%). No Nordeste, o estado de Pernambuco ainda possui o maior contingente de trabalhadores industriais da região, mas perde participação, ao passo que o Ceará já representa 20% dos empregos industriais nordestinos.

Com exceção das atividades *produtos alimentares e bebidas*, que têm elevada participação no emprego em todas as regiões, variando de 35% no Centro-Oeste a 14% no Sudeste, os destaques de cada região em termos da composição do emprego são:

- ▶ **NORTE** Madeira (27%) e material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações (17%).
- ▶ **NORDESTE** Vestuário e acessórios (9%), têxteis (8,9%), coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (6,8%) e químicos (5,5%).
- ▶ **SUDESTE** Artigos do vestuário e acessórios (7,6%), fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (7,6%), metal, exclusive máquinas e equipamentos, máquinas e equipamentos (7%), químicos (6%) e têxteis (6%).
- ▶ **SUL** Couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados (13,6%), vestuário e acessórios (7,9%), móveis e indústrias diversas (7,7%), madeira (7,5%) e máquinas e equipamentos (7,4%).
- ▶ **CENTRO-OESTE** Madeira (10,8%), vestuário e acessórios (10,5%), coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (8%).

■ CONSTRUÇÃO CIVIL

Custo da construção acumula alta de 2,28% no ano

Em abril, o custo nacional da construção civil ficou em R\$ 289,29, que corresponde a uma variação de 0,54% no mês de abril, ficando 0,15 ponto percentual abaixo da variação registrada em março, que foi de 0,69%.

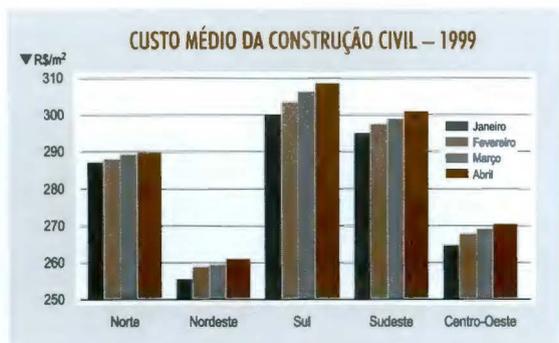
Apesar dessa variação menor, o custo nacional da construção civil já acumula alta de 2,28% no ano. Em relação ao mês de abril de 1998, o quadro é de equilíbrio (0,51%).

A região Sudeste continua na liderança, com as variações mais acentuadas (0,64% no mês e 2,84% no ano). A região Norte apresentou as menores taxas, 0,06% e 0,66%, respectivamente no mês e no ano. Os custos médios ficaram em R\$ 289,48 no Norte; R\$ 260,73 no Nordeste; R\$ 308,38 no Sudeste; R\$ 300,88 no Sul e R\$ 270,26 no Centro-Oeste.

Com relação aos estados, os destaques foram Pernambuco, com taxa mensal de 1,28%; Paraná com 1,15% e Rio de Janeiro com 1,00%. De março para abril, os índices negativos ocorreram no Acre (-0,07%); Tocantins (-0,08%); Alagoas (-0,65%); Sergipe (-0,81%) e Santa Catarina (-0,05%). No ano, Minas Gerais registra a maior alta (4,50%), seguida de Mato Grosso (3,79%).

Os resultados do mês de abril fazem parte da nova série, iniciada em janeiro de 99 e que tem como base dezembro de 98. A interrupção da série anterior, que tinha como base junho de 94, foi necessária diante das amplas atualizações nas referências técnicas do SINAPI, Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, promovidas pela CAIXA - Caixa Econômica Federal - no sentido de melhor adequá-lo à realidade atual.

REGIÃO	JAN	FEV	MAR	ABR
NORTE	287,30	288,05	289,30	289,48
NORDESTE	255,46	258,58	259,39	260,73
SUDESTE	300,08	303,32	306,43	308,38
SUL	295,10	297,36	299,02	300,88
CENTRO-OESTE	264,59	267,68	269,21	270,26



■ COMÉRCIO VAREJISTA

Comércio cai 8,7% em fevereiro

O faturamento real do comércio varejista da região metropolitana do Rio de Janeiro caiu 8,7% entre os meses de janeiro e fevereiro. Esse desempenho, no entanto, não alterou a tendência, apontada pelo indicador acumulado nos últimos 12 meses, de desaceleração no ritmo de queda, que passou de -11,6% em janeiro para -10,8% em fevereiro.

As dez atividades varejistas pesquisadas sofreram redução real de faturamento em fevereiro, com relação ao mês anterior. As maiores baixas foram assinaladas em *automóveis e motos, peças e acessórios* (-23,3%), *móveis e eletrodomésticos* (-21,6%), *material de construção* (-15,5%) e *combustíveis e lubrificantes* (-14,3%). Esses resultados explicam mais de 80% da taxa de -8,7% obtida pelo total do varejo.

Com resultados negativos, mas com quedas inferiores à do total do comércio varejista, ficaram os setores de *farmácias, drogarias e perfumarias* (-5,7%), *lojas de departamentos* (-4,9%), *outros artigos de uso pessoal* (-4,4%), *vestuário, calçados e tecidos* (-3,9%), *mercearias, açougues e assemelhados* (-2,8%) e *super e hipermercados* (-1,8%). Duas dessas atividades, no entanto, apontam recuperação de vendas em relação ao mesmo período do ano passado: *super e hipermercados*, com taxas de 10,1% sobre fevereiro de 1998 e 7,4% na relação primeiro bimestre 99/ primeiro bimestre/98, e *farmácias, drogarias e perfumarias* (10,2% e 9,4%, respectivamente).

Nos dois primeiros meses de 1999, o destaque negativo, com relação a fevereiro e ao primeiro bimestre de 1998, foi o ramo de *automóveis e motos, peças e acessórios*, com decréscimos de faturamento da ordem de 32,5% e 25,5%, respectivamente.

Emprego cai 13,7% na comparação com fevereiro de 1998

Em consequência do bom desempenho do setor de *super e hipermercados*, que responde por cerca de 21% das vagas do comércio varejista, a retração do número de postos de trabalho foi de -1,0% em fevereiro, com relação a janeiro. *Super e hipermercados* foi a única, das dez atividades pesquisadas, a apresentar variação positiva no número de pessoas ocupadas.

A maior queda na relação mês/mês anterior, ocorreu no setor de *farmácias, drogarias e perfumarias*, com -3,5%. Em relação a fevereiro do ano anterior, o segmento de *farmácias* apresenta uma queda de -13,7% no número de postos de trabalho.

Após o bom desempenho no período natalino, tanto no que se refere ao faturamento quanto ao emprego, o setor *vestuário, calçados e tecidos* retoma o processo de demissão. Em janeiro desse ano, foi observada uma retração de -5,9% sobre o mês anterior, quase compensando o aumento de 6,3% registrado em dezembro.

■ INDÚSTRIA

Indústria paulista teve a maior queda no bimestre

O indicador acumulado do ano revelou uma forte redução no nível de produção em São Paulo (-10,8%). Com queda superior à observada pelo total do país (-4,3%), figura ainda Minas Gerais (-6,2%).

No confronto de fevereiro de 99 com fevereiro de 98, o recuo mais pronunciado ocorreu no Paraná (-12,5%), vindo a seguir a principal indústria do país, São Paulo, onde a queda na produção atingiu 10,7%. Ainda com retrações, figuram a região Sul (-6,0%), Rio Grande do Sul (-5,1%), Minas Gerais (-4,0%), Ceará (-3,0%) e Santa Catarina (-1,2%). Pernambuco teve a melhor performance nessa comparação (13,3%), graças ao desempenho excepcional de produtos alimentares (55,1%). A seguir vieram o Rio de Janeiro (7,2%), Bahia (2,9%) e Nordeste (2,3%).

A produção industrial da região **Nordeste** apresentou, em fevereiro, números positivos nos principais indicadores: 2,3% em relação a igual mês do ano passado, 2,5% no acumulado do primeiro bimestre e 1,9% nos últimos 12 meses. A produção industrial do **Ceará**, embora tenha registrado queda, em fevereiro, de 3,0% no indicador mensal, apresentou crescimentos de 4,6% no acumulado do ano e de 3,3% nos últimos 12 meses.

A indústria de **Pernambuco** apresentou, em fevereiro, além da taxa expressiva de crescimento (13,3%) na comparação com igual mês do ano passado, crescimento de 7,9% no acumulado do primeiro bimestre, mas registrou queda de -5,7% no acumulado dos últimos 12 meses. Na **Bahia**, a indústria registrou crescimento de 2,9% no indicador mensal, de 4,3% no acumulado do primeiro bimestre e de 5,3% nos últimos 12 meses.

Em **Minas Gerais**, os principais indicadores da produção industrial mostraram-se negativos em fevereiro. Na comparação mensal, a indústria recuou 4,0%, no acumulado do ano, -6,2% e, nos últimos 12 meses, -4,7%. A indústria do **Rio de Janeiro**, ainda sob os efeitos favoráveis da expansão da indústria petrolífera, prossegue exibindo taxas positivas nos principais confrontos. Em fevereiro, a produção avançou 7,2% contra igual mês do ano passado, no primeiro bimestre aumentou 10,4% e, nos últimos 12 meses, cresceu 8,9%.

Em **São Paulo**, a atividade industrial decresceu 10,7% em fevereiro com relação ao mesmo mês do ano passado, sendo esta a sétima queda consecutiva nesse tipo de confronto. O indicador acumulado no primeiro bimestre mostra redução de 10,8% e, o dos últimos 12 meses, de -4,5%.

Na região **Sul**, a produção industrial se reduziu pela segunda vez consecutiva no confronto com igual mês do ano anterior, ao apresentar queda de 6,0%. Os resultados dos demais indicadores também foram negativos: de -3,2% no acumulado do ano e -2,8% no dos últimos 12 meses.

A indústria do **Paraná**, após três meses consecutivos registrando aumento, volta, em fevereiro, a apresentar queda na produção, no confronto com igual mês do ano anterior (-12,5%), devido, principalmente, às acentuadas retrações observadas nas indústrias química (-19,2%), de material elétrico e de comunicações (-22,9%) e de material de transporte (-48,9%).

Em **Santa Catarina**, a produção industrial revelou, em fevereiro, recuo de 1,2% frente a igual mês do ano anterior, sendo esta a terceira queda consecutiva observada nesse tipo de confronto. Nos demais indicadores os resultados também foram negativos: -1,7% no acumulado do ano e -2,5% nos últimos 12 meses.

A indústria do **Rio Grande do Sul** manteve, em fevereiro, pelo décimo primeiro mês consecutivo, sinal negativo no confronto com igual mês do ano anterior (-5,1%). Nos demais indicadores os resultados também foram negativos.

Ligeiro avanço na produção industrial

Bens de consumo duráveis têm o melhor resultado (5,2%) de fevereiro para março desse ano e o pior, com relação a março de 1998 (-16,6%).

Em relação ao mês anterior, já descontadas as influências sazonais, houve uma ampliação da produção industrial de 1,6% em março. Entretanto, nos demais confrontos, continuam predominando resultados negativos: de -3,0% frente a março de 1998; de -3,8% no acumulado do ano e de -3,0% nos últimos doze meses. A comparação com o último trimestre do ano passado mostra uma certa estabilidade para o período janeiro-março desse ano (0,3%).

A ampliação no ritmo de atividade, verificada na passagem de fevereiro para março, é praticamente generalizada, atingindo 17 dos 20 gêneros industriais e todas as categorias de uso pesquisadas. De um mês para o outro, a área de bens de consumo duráveis alcança o melhor resultado, ao se expandir 5,2%. O segmento de bens de consumo semi e não duráveis (3,1%) também mostra desempenho superior ao da média da indústria (1,6%), ficando bens intermediários (1,5%) e bens de capital (0,6%) com taxas inferiores.



■ CONJUNTURA AGRÍCOLA

A expectativa de safra para 1999 é 7,37% superior à de 1998

A produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas poderá alcançar 80,556 milhões de toneladas, superando em 7,37% a safra de 1998 (75,028 milhões de toneladas), segundo as estimativas do mês de março do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Esta estimativa ainda envolve algumas simulações, notadamente no tocante ao comportamento dos cultivos de inverno e das segundas e terceiras safras de certos produtos que, devido ao calendário agrícola, não permitem que se faça qualquer previsão nessa época do ano.

Com relação à estimativa do mês de fevereiro, somente o feijão 1ª safra apresenta variação significativa (2,80%), face ao bom desempenho do produto nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Goiás e no Distrito Federal.

Também com relação à safra anterior, o feijão 1ª safra foi o principal destaque, com aumento de 51,57%. Os demais produtos que se destacaram em março com relação à safra anterior são os mesmos do mês de fevereiro: algodão herbáceo (14,14%), arroz (36,62%) e milho 1ª safra (9,94%). A colheita dos principais produtos plantados na 1ª safra, tais como arroz, milho, feijão e soja, encontra-se em andamento, estando bem mais adiantada em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul.

A respeito da 2ª safra, que já está praticamente implantada, e se refere mais precisamente ao milho e ao feijão no Paraná, há uma certa preocupação quanto às condições climáticas nessa época do ano, devido às baixas temperaturas, que podem prejudicar ambas as culturas, sendo mais preocupante para a cultura do feijão, muito sensível aos fenômenos climáticos.

Alta do dólar pode provocar aumento do custo de produção

Com respeito ao trigo, principal produto de inverno cultivado na região Sul e do qual o país é um forte importador, a tendência observada de aumento de área pode não se concretizar em decorrência do alto custo de produção, que aumentou após a desvalorização do real, pois, como se sabe, a maior parte dos componentes dos insumos agrícolas, fertilizantes e agrotóxicos, é de origem externa.

Com referência à região Nordeste, ainda que não se tenha concretizada a safra em alguns estados, observa-se, no momento, a recuperação parcial da produção nordestina, uma vez que as condições climáticas se apresentam de maneira desigual para os estados da Paraíba, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Nestes estados, as chuvas que vêm ocorrendo não são suficientes ainda para a implantação total das lavouras. São precipitações de baixa intensidade, que não propiciam ao solo umidade suficiente para a sementeira.

■ EMPREGO

Desemprego no primeiro trimestre do ano chega a 7,79%

Depois de registrar 7,73% em janeiro e 7,51% em fevereiro (o segundo maior valor já registrado para o mês de fevereiro desde o início da série, em 1983), a taxa de desemprego aberto atingiu 8,15% em março. O resultado desse primeiro trimestre supera a taxa de 7,69% registrada no primeiro trimestre de 1984.

Realizada no mês de março, nas seis maiores regiões metropolitanas do país, a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) mostrou que, em relação ao mês anterior, houve um aumento de 1,3% no número de pessoas economicamente ativas, equivalente a cerca de 219 mil pessoas, sendo 87 mil na população ocupada e 132 mil procurando trabalho. Por outro lado, de março do ano passado para março desse ano, houve uma queda de 106 mil na PEA, das quais 88 mil estavam trabalhando e 18 mil procurando trabalho. Na região metropolitana de Belo Horizonte, foi registrada a maior taxa do mês de março (8,73%), desde 1983.

O número de pessoas trabalhando aumentou em três regiões

De fevereiro para março desse ano, o número de pessoas trabalhando aumentou 0,5%, devido aos resultados positivos verificados em três das seis regiões pesquisadas: Belo Horizonte (1,8%), São Paulo (0,9%) e Rio de Janeiro (0,2%). Por setor de atividade, o contingente de pessoas aumentou 2,4% na indústria e 0,9% no setor de serviços. No comércio e na construção civil, as variações foram negativas, -1,6% e -0,9%, respectivamente. Dentre as categorias de ocupação, aumentou o número de empregadores (2,6%) e o de empregados sem carteira de trabalho (1,4%).

Procura de trabalho aumentou 10,2% em março

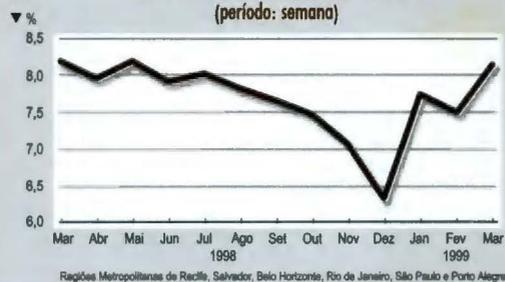
Esse número deve-se ao crescimento do número de pessoas desocupadas ou procurando trabalho em todas as regiões pesquisadas: Rio de Janeiro (19,6%), Recife (13,5%), Belo Horizonte (12,6%), Porto Alegre (9,9%), São Paulo (7,5%) e Salvador (1,2%). Por outro lado, de março do ano passado para março desse ano, o número de pessoas procurando trabalho apresentou ligeira queda (-1,2%), o que manteve a taxa média de desemprego aberto num patamar semelhante ao registrado em março do ano passado (8,18%).

Em fevereiro, o rendimento médio nominal das pessoas ocupadas foi de R\$ 680,88, sendo maior para os empregados com carteira de trabalho assinada (R\$ 684,71). Para os empregados sem carteira, o rendimento médio, em fevereiro foi de R\$ 560,94 e para os que trabalham por conta própria, de R\$ 576,08. Na comparação com fevereiro do ano passado, continua a tendência de queda, com variações de -9,5% para as pessoas que trabalham por conta própria e de -2,7% para os empregados com carteira de trabalho assinada.

PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS
(milhões de toneladas)



TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO
(período: semana)



INDICADORES CONJUNTURAIS

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR (%)	VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)
■ PRODUTO INTERNO BRUTO (1990=100) (**)				
Total	1999-I	121,73 (1)	1,02 (1)	-0,99 (2)
Agropecuária	1999-I	135,68 (1)	17,76 (1)	9,22 (2)
Indústria	1999-I	117,90 (1)	0,11 (1)	-4,55 (2)
Serviços	1999-I	109,43 (1)	0,92 (1)	-0,20 (2)
■ PRODUÇÃO AGRÍCOLA (milhões de toneladas) (**)				
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Fev/99	79,662	—	6,23 (4)
Total de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas (3)	Mar/99	80,555	—	7,37 (4)
■ PRODUÇÃO INDUSTRIAL (média de 1991=100) (**)				
Total	Fev/99	97,06	-1,29 (1)	-5,05
Bens de Capital	Fev/99	88,76	-4,10 (1)	-11,65
Bens Intermediários	Fev/99	101,15	-0,90 (1)	-2,61
Bens de Consumo Duráveis	Fev/99	92,73	-6,94 (1)	-20,30
Bens de Consumo Não-duráveis	Fev/99	88,75	1,52 (1)	-4,65
Total	Mar/99	115,23	1,64 (1)	-2,98
Bens de Capital	Mar/99	103,45	0,61 (1)	-13,48
Bens Intermediários	Mar/99	118,97	1,48 (1)	-0,48
Bens de Consumo Duráveis	Mar/99	126,00	5,22 (1)	-16,56
Bens de Consumo Não-duráveis	Mar/99	106,25	3,10 (1)	-0,31
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Rio de Janeiro (jan/95=100) (**)				
Faturamento (5)	Fev/99	65,95	-8,65	-4,85
Emprego Assalariado	Fev/99	81,28	-0,99	-4,12
Salários e Outras Remunerações (5)	Fev/99	104,06	-4,20	6,78
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Recife (jan/97=100) (**)				
Faturamento (6)	Fev/99	67,53	-13,51	-15,85
Emprego Assalariado	Fev/99	82,67	-1,10	-8,57
Salários e Outras Remunerações (6)	Fev/99	90,36	-4,50	-6,08
■ COMÉRCIO VAREJISTA – Salvador (jan/97=100) (**)				
Faturamento (7)	Fev/99	85,67	-4,02	-2,34
Emprego Assalariado	Fev/99	86,92	0,36	-7,94
Salários e Outras Remunerações (7)	Fev/99	90,93	-5,38	-0,72
■ MERCADO DE TRABALHO (**)				
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Fev/99	7,51	-2,90	1,20
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Jan/99	126,15	-9,90	-4,10
Empregados com Carteira Assinada	Jan/99	120,02	-12,50	-0,80
Empregados sem Carteira Assinada	Jan/99	142,88	-6,00	-1,70
Conta-própria	Jan/99	136,45	-4,30	-6,00
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Jan/99	58,06	-1,09	-9,22
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Jan/99	124,53	-0,54	-0,43
Taxa Média de Desemprego Aberto (%) (8)	Mar/99	8,15	8,50	-0,40
Rendimento Médio Real (jul/94=100) (9)	Fev/99	123,38	-2,20	-5,10
Empregados com Carteira Assinada	Fev/99	118,52	-1,20	-2,80
Empregados sem Carteira Assinada	Fev/99	139,59	-2,30	0,30
Conta-própria	Fev/99	131,73	-3,50	-9,50
Emprego Industrial (1985=100) (10)	Fev/99	57,51	-0,98	-9,19
Salário Médio Real na Indústria (1985=100) (11)	Fev/99	122,71	-1,38	-1,12
■ PREÇOS				
Índice de Preços ao Consumidor – INPC (dez/93=100) (**)	Mar/99	1.512,72	1,28 (12)	3,86 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (dez/93=100) (**)	Mar/99	1.500,15	1,10 (12)	3,02 (13)
Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E	Jan-Mar/99	—	2,58 (14)	—
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m²) (**)	Fev/99	285,78	1,00	1,04
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m²) (**)	Mar/99	287,75	0,69	1,73
Custo Médio da Construção Civil (R\$/m²) (**)	Abr/99	289,29	0,54	2,28

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Série encadeada do índice trimestral. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada, sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Recife. (7) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana de Salvador. (8) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (9) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (10) Pessoal ocupado na produção. (11) Deflacionado pelo INPC. (12) Variação no mês. (13) Variação anualizada. (14) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (**) ÍNDICE MENSAL. (***) ÍNDICE TRIMESTRAL.

Duas publicações do IBGE para você compreender ainda mais o Brasil



Síntese de Indicadores Sociais 1998

A primeira coletânea sobre informações sociais do país

Uma publicação que reúne, de forma inédita, um conjunto de informações em forma de tabelas, gráficos e cartogramas.

Temas apresentados: aspectos demográficos, saúde, educação, trabalho e rendimento, domicílios, grupos sociodemográficos, idosos, desigualdades raciais e participação político-eleitoral. Os resultados são apresentados para Brasil, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas.

R\$ 28,00

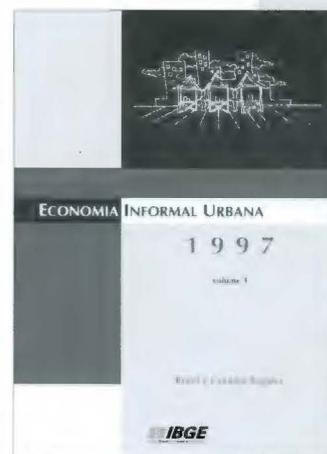
Economia Informal Urbana 1997

v.1 Brasil e Grandes Regiões

Resultados da primeira pesquisa sobre o setor informal com abrangência nacional

Informações sobre a situação econômico-financeira das empresas do setor informal: pessoal ocupado, investimentos, receitas e despesas, lucro médio. E mais: características das pessoas ocupadas - sexo, idade, nível de instrução, vínculo de trabalho, posição na ocupação. Essas e muitas outras informações sobre o setor informal da economia brasileira estão na publicação Economia Informal Urbana 1997.

R\$ 30,00



IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Divisão de Comercialização
Rua General Canabarro, 706/Bloco 8 - 2º andar
20271-201 - Maracanã, RJ
Tel.: (021)569-2043 Ramais: 118, 119 e 137 Fax/Tel.: (021)569-4690
Ligação Direta Gratuita: 0800 - 218181

0800-218181

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ibge.org>

CARTA IBGE

Publicação Mensal IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Produção CGC
Coordenação Geral de Comunicação Social
Av. Franklin Roosevelt, 166 • 9º andar
Castelo • 20021-120 • Rio de Janeiro • RJ
Tel.: (021) 514-4651 • Fax: (021) 220-6521
Internet <http://www.ibge.gov.br>
E-mail cartaibge@ibge.gov.br

Impressão e Circulação CDDI
Centro de Documentação e Disseminação
de Informações

Coordenador e Editor Responsável
Carlos Vieira (Reg. Prof. nº 18.508 MTB-RJ)

Editora-Chefe Maria Léa Aguiar

Assistentes Fátima Santos e Sheila Riera

Projeto Gráfico e Editoração Paulo Weissenberg

Publicidade Lúcia Guimarães

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Francisco Alchorne), a Diretoria de Geociências (Angelo Pavan) e o CDDI (Delfim Teixeira).

Tiragem 23.400 exemplares

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 13/05/99

Entregue aos Correios até o dia 30/07/99